



Câmara Municipal de Grândola  
Divisão de Planeamento e Projeto  
Setor de Projeto

### PROPOSTA

CÂMARA MUNICIPAL	
Presente à reunião de	
<u>29.09.2022</u>	
<b>DELIBERAÇÃO</b>	
<input checked="" type="checkbox"/> Aprovado	<input type="checkbox"/> P/ maioria
<input type="checkbox"/> Reprovado	<input checked="" type="checkbox"/> P/ unanimidade
O Presidente	

*Paro 3*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL	
Presente à sessão de	
<u>16/12/2022</u>	
<b>DELIBERAÇÃO</b>	
<input checked="" type="checkbox"/> Aprovado	<input type="checkbox"/> P/ maioria
<input type="checkbox"/> Reprovado	<input checked="" type="checkbox"/> P/ unanimidade
O Presidente	

DATA: 2022-09-01

*Remete-se à Assembleia Municipal para apreciação e eventual aprovação. 29.09.2022*

Despacho - Presidente da Câmara

*A Legenda de Cabeceiras para apreciação e eventual aprovação. 20.09.2022*

Parecer - Chefe do Departamento de Planeamento e Urbanismo

*A Consideração superior,*

*Face ao informado, propõe-se que se remeta à CM, para posterior envio à AM.*

*H 2022/09/14*

**Assunto: Relatório de Monitorização da Área de Reabilitação Urbana da Aldeia de Melides - 2022**

Cabe à entidade gestora das áreas de reabilitação urbana elaborar um relatório anual de monitorização da operação que deve ser submetido à apreciação da assembleia municipal.

O relatório expõe o exercício de gestão da Área de Reabilitação da Aldeia de Melides, evidenciando os processos e resultados, procurando encontrar uma visão prospetiva da operação, não perdendo de vista o seu sentido original que se centra na reabilitação urbana no seu sentido mais vasto.

Face ao exposto propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a remissão à Assembleia Municipal para apreciação e eventual aprovação do referido relatório, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 20º-A do Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de outubro, na sua atual redação, que estabelece o regime jurídico da reabilitação urbana (RJRU).

À consideração superior,

A Chefe do Setor de Projeto

Nidia Maria

**Anexos:** Relatório anual de monitorização da Operação de Reabilitação Urbana da Aldeia de Melides





**CÂMARA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA**  
DIVISÃO DE PLANEAMENTO E PROJETO  
SETOR DE PROJETO

**7º RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DA OPERAÇÃO DE  
REABILITAÇÃO URBANA DA ALDEIA DE MELIDES**

**Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação, que  
estabelece o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU)**

**Agosto 2022**



**CÂMARA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA**  
DIVISÃO DE PLANEAMENTO E PROJETO  
SETOR DE PROJETO

Conforme o n.º1 do art.º 20º-A do Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de outubro, com a alteração introduzida pela Lei n.º 32/2012 de 12 de agosto, que estabelece o regime jurídico da reabilitação urbana (RJRU), cabe à entidade gestora das áreas de reabilitação urbana elaborar um relatório anual de monitorização da operação que deve ser submetido à apreciação da assembleia municipal.

O presente relatório expõe o exercício do sétimo ano de gestão da Área de Reabilitação da Aldeia de Melides, evidenciando os processos e resultados, procurando encontrar uma visão prospetiva da operação, não perdendo de vista o seu sentido original que se centra na reabilitação urbana no seu sentido mais vasto.



**CÂMARA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA**  
DIVISÃO DE PLANEAMENTO E PROJETO  
SETOR DE PROJETO

**1. Processo de Aprovação – Ações**

- a. Janeiro e fevereiro de 2015 – Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Aldeia de Melides e elaboração do Documento Estratégico da Operação de Reabilitação Urbana Através de Instrumento Próprio, para avaliação interna;
- b. 12 de março de 2015 – Aprovação em reunião de câmara da abertura de um período de discussão pública da Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Aldeia de Melides e do Documento Estratégico da Operação de Reabilitação Urbana Através de Instrumento Próprio e remissão ao Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana para emissão de parecer;
- c. 13 de março de 2015 – Publicação em Diário da República, 2ª série, n.º 51, da abertura do período de discussão pública da Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Aldeia de Melides e do Documento Estratégico da Operação de Reabilitação Urbana Através de Instrumento Próprio;
- d. De 20 de março a 13 de abril – Período de discussão Pública por 22 dias, nos termos do Aviso n.º 2788-A/2015, publicado em Diário da República, 2ª série, n.º 51 de 13 de março, divulgado nos meios de comunicação social e afixado nos locais de estilo, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 77º do RJIGT;
- e. 27 de março de 2015 – Emissão de parecer favorável do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana;
- f. 17 de abril – Elaboração do relatório de ponderação dos resultados da discussão pública;
- g. 23 de abril de 2015 – Aprovação final em reunião de Câmara, do relatório de ponderação dos resultados da discussão pública e da Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Aldeia de Melides e do Documento Estratégico da Operação de Reabilitação Urbana Através de Instrumento Próprio e remissão à Assembleia Municipal;
- h. 29 de abril de 2015 – Aprovação em Assembleia Municipal da Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Aldeia de Melides e do Documento Estratégico da Operação de Reabilitação Urbana Através de Instrumento Próprio;
- i. 12 de junho de 2015 – Publicação em Diário da República, 2ª série, n.º 113, da Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Aldeia de Melides e do Documento Estratégico da Operação de Reabilitação Urbana Através de Instrumento Próprio e publicitação nos meios de comunicação social e divulgação na página eletrónica do município;



**CÂMARA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA**  
DIVISÃO DE PLANEAMENTO E PROJETO  
SETOR DE PROJETO

## **2. Estratégia**

A decisão da Câmara de Grândola de delimitar as Área de Reabilitação Urbana da Vila de Grândola e da Aldeia de Melides, sustentadas nas políticas previstas no Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de outubro, com a alteração introduzida pela Lei n.º 32/2012 de 12 de Agosto, adicionando outros contributos de iniciativa municipal, abriu caminho para facilitar a reabilitação do parque edificado.

A estratégia inicial teve como objetivo revitalizar as zonas mais antigas das duas localidades e impulsionar o interesse quer dos residentes, quer na captação de investimento exterior, aproveitando a crescente “moda” da reabilitação. Assim, optou-se para o arranque da Operação por uma estratégia de divulgação generalizada, com a publicação legalmente exigida na página eletrónica da Câmara, divulgação na Feira de Agosto, Boletim Municipal e distribuição de informação em papel.

Atualmente a divulgação abrandou, porque já existe um conhecimento mais generalizado da existência de Áreas de Reabilitação Urbana e benefícios inerentes, por parte do público que procura investimento no Concelho. A procura da informação geral é feita por consulta no site do Município ou nos serviços, para uma informação mais específica.

Nesse sentido, e ainda que nos primeiros anos, a procura tenha sido tímida, à medida que os anos avançaram o número de processos aumentaram. Principalmente com o crescimento do turismo e o interesse estrangeiro pelo Concelho.

Contudo, e ainda que a área tenha mantido alguma procura com alguns procedimentos urbanísticos a serem desenvolvidos, os processos ARU propriamente ditos para a zona têm diminuído.

É verdade que durante a pandemia naturalmente houve um decréscimo de processos por todas as condicionantes inerentes. Contudo, pouco depois a situação normalizou para a ARU de Grândola, por exemplo, e na ARU de Melides o número de processo manteve-se baixo. Consequência provável da diminuição da oferta ou do aumento dos preços dos imóveis.

## **3. Procedimentos de operacionalização**

Não obstante, os métodos de trabalho e de confluência com os restantes serviços mantêm-se iguais aos anos anteriores, com a equipa afeta às Áreas de Reabilitação Urbana a realizar os atendimentos para esclarecimento de dúvidas relativas aos incentivos e benefícios, visitas e elaboração dos respetivos relatórios técnicos inicial e final para determinação do grau de conservação e consequente atribuição dos benefícios inerentes, assim como o acompanhamento da instrução do processo no que diz respeito aos procedimentos das ARU.



**CÂMARA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA**  
DIVISÃO DE PLANEAMENTO E PROJETO  
SETOR DE PROJETO

Sempre que as obras a executar não estejam isentas de controlo prévio, o munícipe é encaminhado para os serviços do Urbanismo para a instrução do processo de obras de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua atual redação, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação. Embora sejam prestados esclarecimentos relativos aos parâmetros urbanísticos em vigor para a área em que o imóvel se insere, quando o munícipe pretende uma informação mais precisa é encaminhado, igualmente, para os serviços do Urbanismo para efetuar um pedido de informação prévia sobre a viabilidade de realização de determinada operação urbanística.

Da mesma forma, são reencaminhados dos serviços do Urbanismo os munícipes que aí se dirigem primeiro para esclarecimentos de viabilidades construtivas ou início de processo de obras, mas cujos imóveis estão localizados nas ARU.

Os Benefícios Fiscais associados mantêm-se inalterados, ou seja, a sua atribuição depende cumulativamente da subida do nível de conservação, pelo menos dois níveis, para um mínimo bom e do cumprimento dos requisitos mínimos de eficiência energética e de qualidade térmica a que se refere o art.º 30º do Decreto-Lei n.º 118/2013 de 20 de agosto na sua atual redação, atestado por perito certificado para esse fim.

Mantem-se a isenção do IMT nas aquisições de imóveis destinados a reabilitação, desde que o adquirente inicie as respetivas obras no prazo máximo de três anos a contar da data da aquisição e/ou na primeira transmissão subsequente à intervenção de reabilitação, a afetar a arrendamento para habitação permanente ou a habitação própria e permanente.

Mantem-se, igualmente a isenção de IMI por um período de três anos a contar do ano, inclusive, da conclusão das obras de reabilitação. Esta isenção pode ser renovada, a requerimento do proprietário, por mais cinco anos no caso de imóveis afetos a arrendamento para habitação permanente ou a habitação própria e permanente, mediante deliberação da Assembleia Municipal.

No que diz respeito à condução dos processos mantêm-se os procedimentos adotados desde o início com a visita técnica inicial a requerimento do proprietário para determinação do estado de conservação do imóvel antes da obra e a visita técnica final após a sua conclusão para verificação da intervenção de reabilitação e determinação do estado de conservação.

Após esse reconhecimento e confirmação do cumprimento dos requisitos, cabe à Câmara Municipal efetuar a comunicação ao serviço de finanças da área, no prazo máximo de 20 dias, a contar da data desse facto ou da emissão da respetiva certificação energética, se esta for posterior.



**CÂMARA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA**  
DIVISÃO DE PLANEAMENTO E PROJETO  
SETOR DE PROJETO

#### **4. Dados da operacionalização**

O panorama imobiliário continua semelhante aos anos anteriores, com uma grande procura. Contudo, a disponibilização de oferta de imóveis dentro dos limites da ARU é que, aparentemente começa a escassear.

Numa pesquisa por sites de imobiliárias, a oferta em Melides é bastante, mas na sua grande maioria localiza-se fora do limite da Aldeia e consequentemente fora do limite da ARU.

A divulgação inicial surtiu efeitos a nível local, com as agências imobiliárias a terem conhecimento da existência de benefícios, embora trazendo os clientes para um atendimento e esclarecimento mais ao pormenor; assim como o vulgar “passa palavra”, onde o munícipe informa o vizinho que existem benefícios na reabilitação.

O investidor externo, como mencionado, já conhece a existência destas Áreas de Reabilitação Urbana, por investimentos anteriores noutros Concelhos. Nesse caso procura a informação no site do Município, ainda que procure os serviços para informação mais detalhada.

Apesar do abrandamento da dinâmica da divulgação, mantém-se a divulgação mais informal pelos técnicos do Município, nas suas várias saídas pelo território ou em atendimentos, como é o caso dos técnicos do Urbanismo.

Assim, neste período de vigência da ARU de Melides:

- Foi efetuado um (1) pedido de visita técnica inicial, tendo o resultado obtido, no que diz respeito ao estado de conservação do imóvel, sido mau.
- Foi efetuado um (1) pedido de certidão de localização em ARU sem pedido de visita técnica.
- Foi efetuada uma (1) visita técnica final para confirmar que a reabilitação estava concluída e efetuada no âmbito da estratégia da ARU, tendo o estado de conservação desse imóvel após a obra recaído na classificação excelente.
- Esse processo foi dado como concluído, tendo a Câmara efetuado a comunicação ao serviço de finanças, para que fossem atribuídos os benefícios fiscais inerentes, conforme estipulado no Estatuto dos Benefícios Fiscais.

#### **5. Considerações finais**

Em termos de número de processos/visitas, este sétimo ano de vigência da Área de Reabilitação Urbana da Aldeia de Melides mantém a média dos anos anteriores (excetuando o ano de 2020 com a questão da pandemia), com um número baixo de processos.





**CÂMARA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA**  
DIVISÃO DE PLANEAMENTO E PROJETO  
SETOR DE PROJETO

Como já mencionado em relatórios anteriores, não quer isto dizer que a procura decresceu. O número de processos de obras em Melides continua alto, no entanto, ou não se enquadram no âmbito da reabilitação ou são fora do limite da ARU, ou ainda, apesar de se enquadrarem nos pressupostos da ARU nem sempre os proprietários se interessam pelos benefícios de isenção de IMI e IMT, que despoletam o início do processo.

Não obstante, em termos de trabalho da equipa, este vai manter-se como até agora, com a divulgação informal em saídas de campo, com os atendimentos e visitas técnicas.

Grândola, agosto de 2022

A chefe do Setor de Projeto

Nídia Maria

